



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS BOLÓGICAS E DA SAÚDE – CCBS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

***RAFAELA AZUZZY DIÓGENES ALVES***

**QUAL O LUGAR POSSÍVEL À CRIANÇA, EM UM  
ACOMPANHAMENTO CLÍNICO INFANTIL, FRENTE À DEMANDA  
DO PAR PARENTAL?**

**CAMPINA GRANDE  
NOVEMBRO – 2011**

***RAFAELA AZUZZY DIÓGENES ALVES***

**QUAL O LUGAR POSSÍVEL À CRIANÇA, EM UM  
ACOMPANHAMENTO CLÍNICO INFANTIL, FRENTE À DEMANDA  
DO PAR PARENTAL?**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao departamento de  
Psicologia da Universidade Estadual da  
Paraíba, em cumprimento à exigência  
para obtenção do grau de  
Bacharel/Licenciado em Psicologia.

**Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jailma Souto Oliveira da Silva**

**CAMPINA GRANDE**

**NOVEMBRO – 2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

A474q      Alves, Rafaela Azuzzy Diógenes.

Qual o lugar possível à criança, em um acompanhamento clínico infantil, frente à demanda do par parental? [manuscrito] / Rafaela Azuzzy Diógenes Alves. – 2011.

32 f.

**Digitado.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2011.

“Orientação: Profa. Dra. Jailma Souto Oliveira da Silva, Departamento de Psicologia”.

1. Psicoterapia infantil. 2. Par parental. 3. Psicologia. I. Título.

21. ed. CDD 616.891 4

**Qual o lugar possível à criança, em um acompanhamento clínico infantil, frente à demanda do par parental?**

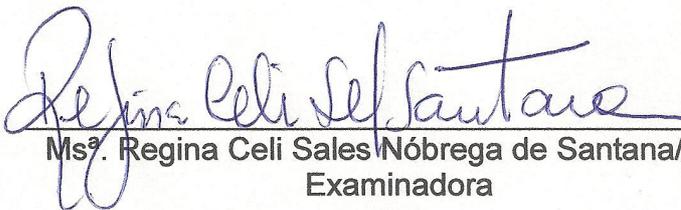
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Aprovada em 17 de Novembro de 2011.



---

Dr<sup>a</sup>. Jailma Souto Oliveira da Silva/UEPB  
Orientadora



---

Ms<sup>a</sup>. Regina Celi Sales Nóbrega de Santana/UEPB  
Examinadora



---

Dr. Edmundo de Oliveira Gaudêncio/UEPB  
Examinador

## **Qual o lugar possível à criança, em um acompanhamento clínico infantil, frente à demanda do par parental?**

**RESUMO:** O presente estudo tem por objetivo explicitar e refletir, diante do trabalho clínico, o que justifica a demanda dos pais pelo acompanhamento psicoterápico infantil. Essa proposta surgiu durante um percurso teórico- vivencial nos serviços oferecidos pela Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, a partir dos trabalhos oferecidos como porta de entrada do acompanhamento psicoterápico – o *plantão de escuta* e a *triagem* –, pôde-se perceber as queixas de pais que buscavam por atendimentos para seus filhos e mediante essas queixas, nos questionamos de quem é a demanda por acompanhamento: dos pais ou dos filhos? Os pais que procuram o serviço psicoterápico para seus filhos nos apresentam uma queixa inicial que se remete a um rompimento, um *não saber-fazer* com os filhos, ao ponto de precisarem de uma ajuda profissional. A demanda dos pais exige que seja estabelecida uma ordem pela via do imaginário, solicita uma saída imediata. Nessa perspectiva, para nortear este trabalho, escolhemos os seguintes desdobramentos: conhecer o conceito de infância através de um levantamento histórico, traçando um estudo sobre o reconhecimento da mesma no âmbito político; abordar a questão da criança na contemporaneidade; e sua relação sintomática com o par parental. É nesse sentido que, pretendemos problematizar a demanda dos pais por um atendimento psicoterápico. Questionamos: qual o lugar possível à criança, em um acompanhamento clínico infantil, frente a essa demanda do par parental?

**PALAVRAS-CHAVE:** Acompanhamento clínico, demanda dos pais, sintoma da criança.

## **What is the possible place to the child in a child clinical attendance, compared to the parental pair demand?**

**ABSTRACT:** This study aims to clarify and reflect on the clinical work which justifies the demand of parents to monitor child psychotherapy. The proposal came during a theoretical and experiential course of services offered by the School of Psychology Clinic at the State University of Paraíba - UEPB, from where the work offered as a gateway to the psychotherapeutic attendance - listening and screening -, it could be seen complaints by parents who sought care for their children and based on those complaints, ask ourselves who is the demand for attendance: parents or children? Parents who sought psychotherapy for their children present as an initial complaint that refers to a break, a not to know-how with their children and who need professional help. The parental demand is directed to the settlement of an order by the imaginary, requesting an immediate exit. From this perspective, we chose to guide this work the following developments: to know the concept of childhood through a historical survey, tracing a study on the recognition of same in the political view, addressing the issue of children in contemporary society and its symptomatic relationship with the pair parental. In that sense, we intend to discuss the demand of parents for a psychotherapy attendance. Question: what is the possible place to the child in a child clinical attendance, compared to the parental pair demand?

**KEYWORDS:** Clinical Attendance; Parents Demand; Child's Symptom

## INTRODUÇÃO

Esta proposta de trabalho surgiu de uma experiência de estágio na Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, onde, a partir dos plantões de escuta psicológica e do serviço de triagem, que são ofertados como porta de entrada para o acompanhamento psicoterápico, questionamo-nos: De quem é a demanda por acompanhamento, dos pais ou dos filhos?

Pretendemos através de uma breve revisão bibliográfica explicitar um percurso e refletir o conceito de *infantil*, de seus primórdios até a atualidade. Exporemos aqui um aporte teórico juntamente com o relato vivencial da clínica infantil cujo objetivo principal é problematizar o que justifica a demanda dos pais em um acompanhamento psicoterápico infantil.

Destacamos que o caminho percorrido desde a construção da proposta até as intervenções deste estudo foi significativo, pois, a partir dos questionamentos que os pais nos fizeram, observamos as inquietações e demandas incessantes deles por um acompanhamento psicológico para seus filhos.

Assim, essas demandas de atendimento que por ora se fizeram questionadoras nos servirão de ponto norteador desse estudo. Nessa perspectiva delineamos um percurso de trabalho para esboçar tais questões, sem perder de vista o foco principal, guiados pelas seguintes etapas: 1) fazer um levantamento histórico sobre o conceito de infância; e 2) um estudo sobre o reconhecimento da infância no âmbito político; 3) abordar a questão da criança na contemporaneidade; 4) falar sobre o par parental na estruturação do sujeito; 5) discutir a relação entre pais, criança e sintoma; e 6) a relação sintoma e fantasia; e, por último, 7) questionar o “não saber fazer” dos pais diante dos filhos, chegando, quem sabe, a uma reflexão que elucide essa demanda por acompanhamento clínico infantil.

Segundo Lacan (2008), “o sintoma da criança é capaz de responder pelo que há de sintomático na estrutura familiar. O sintoma pode representar a verdade do par familiar”. Nessa esteira, a problematização teórica trará um levantamento expositivo para compreendermos a dialética do *infans* no par parental, como também para adentrarmos as relações da criança no seu mito familiar.

No entanto, é importante destacar que daremos aqui um maior enfoque no que concerne à criança, o que a criança não traz, mas chega como queixa principal, estabelecendo assim um espaço onde ela possa se colocar e, desta forma, trazer a sua demanda, construir um saber sobre si. Ou seja, o mais importante aqui é acolher o discurso da criança, visto que o trabalho em questão se faz em contemplar a demanda do infantil.

## **1. O CONCEITO DE INFÂNCIA**

O conceito de infância que enfocamos neste trabalho baseia-se em um breve percurso sobre como esta temática foi abordada durante a história até os dias atuais. Trabalhamos com um recorte da obra de Ariès (1981), onde podemos acompanhar as variações deste conceito através de uma leitura sócio-cultural da história no ocidente. Modificações atravessaram posturas de como perceber a infância em cada época de forma diferenciada, desde as influências das artes medievais aos registros documentais pelos quais foram construídos estes conceitos.

Vasconcelos (2007) aponta para uma crítica feita à historiografia com que Ariès constrói o conceito de infância pelo fato dessa ser apresentada através de registros documentais do clero e da nobreza, havendo assim uma ausência das crianças de classes populares. Apesar da obra ter sofrido críticas, existe o reconhecimento de que o trabalho de Ariès é referência, não apenas na história, mas em vários estudos da infância e que a partir dele, houve mudanças muito significativas.

Ariès, afirma que o século XI assinala uma ideia de infância que era expressa por artistas através de “miniaturas otonianas”, uma imagem deformada dos corpos das crianças. O que distinguia crianças de adultos era o tamanho dos corpos. Já no século XII, a arte medieval ainda desconhecia o conceito, ou não tentava assim representá-lo, o que nos leva a inferir que não havia um lugar para a infância.

Em seguida, no século XIII, já começamos a vislumbrar a existência do retrato da infância, porém, embora existisse o retrato, a mesma idéia da criança representada com músculos peitorais de adulto continua presente; uma imagem de crianças que não eram caracterizadas por algo além do seu tamanho. Não existiam crianças representadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanhos reduzidos. Mesmo diante destas peculiaridades das quais padeciam as imagens de crianças, neste mesmo século, ainda surgiram alguns tipos de crianças um pouco mais próximos do sentimento moderno.

No século XIV, podemos perceber o surgimento de um tipo de representação da criança: “o anjo”. Dotado da aparência fresca e andrógina de um rapaz jovem, adolescente. Depois, nesta mesma época surge um segundo tipo, um modelo ancestral de todas as crianças pequenas da história da arte: “o menino Jesus” ou a “Nossa Senhora menina”. Neste segundo modelo, percebemos um sentimento marcado pelo mistério da maternidade da Virgem e pelo culto à Maria. Posteriormente à imagem da infância acoplada ao sagrado, aos mistérios da maternidade divina, lembrando que a iconografia religiosa composta por retratos que não representava a criança sozinha. Outro tipo de imagem que podemos acompanhar à esta mesma época é um terceiro tipo de criança que aparece na fase gótica: “a criança nua”.

Ainda no século XIV, as pinturas anedóticas reproduziam fases e momentos como as crianças com seus familiares, as crianças em meio a multidões, as crianças brincando, as crianças no colo das mães, as crianças assistindo a milagres, as crianças na escola. Ressaltamos que neste período percebe-se um maior investimento em colocá-la em meios cotidianos. Estas mesmas cenas não serviam apenas para uma demonstração exclusiva da infância, mas apontavam também a vida cotidiana onde aparece a criança, seja como protagonista ou com papel secundário.

Já no século XV, surgem dois tipos de representações da infância: “O retrato” e “o *putto*”, sendo o retrato a primeira mostra de um sentimento de guardar, conservar a imagem da criança que tinha sobrevivido ou morrido

---

1

*Putto*: é um termo derivado do latim *putus* utilizado na cultura, nas artes gregas, se refere a um menino nu, quase sempre do sexo masculino e representado frequentemente com asas.

pequena. Observa-se que agora a criança ocupa lugar no sentimento da família, um retrato que marca um momento, a saída da infância do anonimato. Antes percebíamos uma infância destituída de valor afetivo, não havia o sentimento suficiente para valer a pena guardar sua imagem, uma infância sem importância que não fazia sentido lembrar. Enquanto a outra representação, “o *putto*”, se tornou motivo de pinturas e peças decorativas.

Mais adiante, no século XVII, há uma transformação do anjo adolescente medieval em *putto*. O gosto pelo mesmo era correspondido ao gosto pela nudez clássica, uma relação de interesse pela infância.

Por fim, um último episódio da iconografia infantil seria colocar a nudez do *putto* no retrato de criança. Nos séculos XVI e XVII um fato importante nos chama atenção: as crianças aparecem nas imagens de túmulos, não só delas, mas em sepulturas de mestres da educação. O fato é que, não se cogitava a idéia de guardar um retrato de uma criança que tenha sobrevivido ou ficado adulta, nem tão pouco morrido pequena. Não se pensava que um ser tão novo, que desaparecia tão cedo, fosse digno de ter sua lembrança resguardada. As pessoas não se apegavam muito a uma coisa que eventualmente iriam perder, tratava-se de uma indiferença decorrente dos altíssimos níveis de mortalidade infantil predominante na época. A foto da criança morta nos remete a outro fado: a idéia de que a morte dessas crianças não era considerada uma perda inevitável, mas como uma perda presumível.

Assim no século XVII, a criança passa a ser ilustrada através das artes. Havia-se criado o hábito de conservar a imagem através da arte do pintor. Mas, a grande novidade da época é que a criança passa a ser representada por ela mesma, ou a família organiza-se em torno da criança, que aparece como figura central. Uma mudança não só na posição de ser da criança, mas de estar inserida em uma família que agora se organizava em função da criança em si.

No século XVIII, outro importante fato nos atrai a atenção: com o malthusianismo<sup>2</sup> e a expansão dos métodos contraceptivos, as idéias de

---

<sup>2</sup>

*Malthusianismo* foi uma teoria desenvolvida por Thomas Malthus, em 1798, na qual uma série de idéias alerta sobre a importância do controle da natalidade, afirmando que o bem estar populacional estaria intimamente relacionado com crescimento demográfico do planeta. Segundo Malthus, as únicas formas de evitar que isso acontecesse seria reduzindo a taxa de natalidade

desperdícios necessários tomam novas configurações, ou melhor, desaparecem. Uma nova descoberta da infância começa. Há um investimento dos familiares, o sentimento de perda passa a se mostrar mais forte, bem como o sentimento afetivo de conservar coisas, tais como os registros dos jargões e expressões das crianças. As crianças também recebem outros nomes com conotações afetivas, como percebemos em trecho de Vasconcelos,

“[...] a partir do século XVII e XVIII se apresentam como um período histórico de grandes mudanças na sociedade, um período em que a idéia moderna da infância se cristaliza, se constituindo agora como um referenciador de um grupo humano, que não se caracteriza pela imperfeição, incompletude, ou uma simples miniatura do adulto, mas por uma fase que é legítima do desenvolvimento humano” (2007.p. 28).

No século XIX, a fotografia substitui as pinturas. O sentimento de interesse pela criança toma outras conotações, os familiares começam a vacinar suas crianças, mudança que acompanhou os novos hábitos de higiene, reduzindo assim a mortalidade infantil e conseqüentemente causando certo controle da natalidade. Acompanhamos nessa época mudanças não somente dentro do corpo familiar, que adota outras posturas e faz novos investimentos em torno da criança, mas também uma política de investimento e visibilidade.

No campo estatal, criam-se espaços, uma política de atenção à criança. No entanto, mesmo diante de algumas mudanças, ainda persiste no nosso meio a visão de que a infância é um estágio de impotência. Segundo Ariès (1981), só começamos a vida após a infância, podemos percebê-la como uma fase ainda dotada de fragilidades.

Tanto Ariès como Vasconcelos concordam que a infância no mundo adulto vai surgir entre século XIX e XX, mas ainda percebemos a presença de um sentimento de fragilidade. Assim, ponderamos sobre as limitações frente ao adulto, comentadas por Postman (1999), através do seguinte entendimento: “para que a idéia de infância se concretize é necessário que ocorra uma mudança no mundo adulto” da forma de perceber a infância.

---

através da proibição de que casais muito jovens tivessem filhos, do controle da quantidade de filhos por família nos países pobres, do aumento do preço dos alimentos e da redução dos salários para forçar as populações mais pobres a ter menos filhos.

Tais mudanças foram necessárias também na sociedade, nas políticas de cuidados públicos. Houve então o desenvolvimento de uma assistência política, social e econômica, bem como o surgimento de uma ciência específica, fatos a partir dos quais o mercado também passou a acolher este novo ser, a criança.

Emerge então uma apresentação da entidade criança que passa a ser referida agora como um grupo humano que irá ampliar e representar as várias formas de como cuidar do desenvolvimento das crianças. A cultura tem fortes contribuições, uma vez que acompanha todo o processo histórico da infância.

Vasconcelos (2007) sinaliza ainda que a cultura molda a infância de acordo com seus interesses, ou seja, apresenta-se uma idéia de natureza universal da infância. O desenvolvimento de uma assistência a esse grupo poderá implicar em um entendimento universal, naturalizante. No entanto, é importante preservar os aspectos singulares da criança não naturalizando-as ou generalizando-as simplesmente por pertencerem a um mesmo grupo etário.

A idéia de naturalização da criança é um ponto bastante delicado, pois o fato de uma criança pertencer a um grupo de semelhantes – levando-se em consideração aspectos sociais, culturais, econômicos, etc. – não oblitera a singularidade que é inerente a cada ser. A singularidade de cada ser se sobressai em um mesmo espaço cultural onde coexistem aspectos que devem ser considerados, tais como classe social, grupo étnico ou nacional, religião e nível de instrução, meio sócio-ambiental, etc.

Estes são pontos importantes que devem ser levados em consideração para que, dessa forma, o aspecto de natureza universal da criança possa se responsabilizar não somente por vislumbrar o universo infantil como em um grupo humano específico, mas, sobretudo, sem perder de vista o conceito mais subjetivo, caracterizando e conceituando o universo infantil como único e singular para cada criança.

Nosso entendimento do que seja uma criança está para além da história da iconografia. O conceito não trata do adulto em forma reduzida, nem tão pouco de um grupo humano que não possa ser representado, mas de uma suprimida presença, que ao longo de sua história comportou uma idéia de infância universal, passando posteriormente, a se constituir como uma fase naturalmente

desenvolvida, e, depois, houve a criação de um grupo específico que seria o grupo humano infantil.

Com esse avanço, cria-se um mundo de coisas que este grupo precisa saber sobre si. Como, por exemplo, a Pediatria como área médica específica, uma Pedagogia especializada, as regras sociais nas políticas públicas e nas relações entre adultos e crianças. Todos estes cuidados se constituirão a partir de um entendimento da criança surgido no século XX, onde acompanhamos um universo de referenciais que dão uma outra compreensão sobre o desenvolvimento humano, principalmente, sobre o grupo da infância.

Segundo Vasconcelos (2007), a Psicologia do Desenvolvimento de Jean Piaget constituiu-se como o principal referencial de entendimento e interpretação da criança no século XX. Ele chama atenção para duas idéias importantes: 1) as crianças são seres naturais, antes de serem seres sociais e 2) a natureza infantil sofre um processo de maturação que se desenvolve por estágios. Uma contribuição não só na constituição do conceito de infância, mas também na ciência. Dessa forma, sobre o grupo infantil desenvolveu-se um conhecimento que é de ordem específica. A mesma autora fala da criança em Freud, a criança do inconsciente. Trata-se de uma lógica atribuída ao inconsciente no desenvolvimento do comportamento humano:

Uma criança que é vista como um preditor do adulto, mais do que como um ser humano completo e um ator social com a sua especificidade'. Acresce ainda o determinismo que leva frequentemente a imputar comportamentos desviantes das vivências infantis, o que não deixa de ser uma inesperada deriva da imagem da 'criança má', que se revela quando adulta (VASCONCELOS, 2007, p.32-33).

Em 1897, Freud abandona a sua teoria da sedução e anuncia através de sua carta a Fliess, de 21 de setembro (carta 69), sua descoberta quase paralela ao Complexo de Édipo, feita em sua auto-análise (cartas 70 e 71 de 3 e 15 de Outubro): “levou inevitavelmente ao reconhecimento de que as moções sexuais atuavam normalmente nas crianças de mais tenra idade, sem nenhuma necessidade de estimulação externa”. O desenvolvimento sexual costuma ser omitido da literatura do desenvolvimento infantil, assim, a admissão da existência da sexualidade infantil é um reconhecimento feito a partir de Freud.

Existem as mais variadas imagens de infância e essas geralmente se convertem numa interpretação de semelhantes práticas sobre as crianças e comportamentos e normas de atuação. No entanto, a criança do inconsciente freudiano, citada por Vasconcelos, pressupõe um olhar diferenciado que Freud teve em relação à infância, atribuindo sexualidade até a mais tenra infância.

A autora aponta ainda que a busca por um conhecimento que rompa com as imagens historicamente construídas não pode deixar de existir. Para que este surja, é necessário um trabalho na direção de certa desconstrução das fatalistas certezas determinantes, uma forma diferenciada de perceber a infância, uma definição de infância que implique algo além da negatividade.

Freud traz nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905) que a sexualidade infantil era tratada com descaso. Não se pensava no desenvolvimento da sexualidade na infância, as crianças eram entendidas como passivas, não havia um reconhecimento de energia sexual na criança. Assim essas mobilizações se deviam a interferências externas que existiam como um fator latente, que emergiria só na puberdade. Entretanto, o autor revela que as crianças são capazes de todas as funções sexuais e de muitas outras funções somáticas, logo, é erro pensar que a vida sexual só começa na puberdade.

Clastres (1988), no texto *A criança no adulto*, traz uma discussão sobre a criança da psicanálise, a partir da leitura freudiana na qual a criança é antes de tudo um corpo. O autor revela que

“Essa nova criança devida a Freud, vamos dizê-lo, é antes de tudo um corpo, mas um corpo que não consegue fazer aprendizagem de satisfação, que não consegue regradar seu prazer segundo as vias previstas pelo Outro (sempre é muito pouco, ou demais, ou não é assim), em suma, é um corpo ineducável que faz fracassar todas as ideias recebidas sobre uma progressão harmoniosa. Freud anuncia tranquilamente que a criança goza, e de maneira perversa polimorfa” (CLASTRES, 1988, p.138).

A identificação de uma sexualidade na infância é apontada, segundo Clastes, a partir de Freud. Anunciando que a criança goza de maneira perversamente polimorfa o termo *polimorfa* que dizer “de várias formas”, ou seja, multiforme; já o termo *perversamente* está relacionado ao fato que não existe um lugar específico para o gozo). Nesse sentido, o *infans* se utilizaria assim de várias formas de gozo. Com isso, não somente há uma identificação da sexualidade na

infância, mas presentifica-se também o reconhecimento de um corpo. A criança é, antes de tudo, um corpo, tem uma sexualidade que está diluída, diluída no corpo todo.

Já nos séculos XIX e XXI, começam a se delinear espaços para que a infância possa ser representada, agora de forma mais assistida. Há um maior investimento da família, como também surgem os espaços infantis na religião, escola, clínicas de cuidados especializados, ou seja, uma maior especificidade para essa criança, uma consciência sobre a infância. Acompanhamos outra forma de entender este grupo, pois agora, mais do que uma observação da imagem física corporal, um fato bem marcado na história sobre a infância em Ariès, é a consciência da criança. Uma retificação em relação à criança, um avanço do lugar da infância, partindo de uma imagem corporal a uma consciência sobre o todo, como aponta Vasconcelos:

[...] A história sobre a infância é pouco relatada na literatura, um interesse que passa a surgir recente, uma referência que vem surgir tardiamente, e essa ausência de um referencial que contemplasse um histórico sobre a infância faz Ariès, segundo VASCONCELOS, afirmar à inexistência de um “sentimento de infância” A ausência física da imagem infantil é a expressão maior de que Ariès designou como ausência da consciência da ideia da infância durante a maior parte da história (2007. p.26).

Diante do exposto, acompanhamos no transcorrer da história, a ausência de um entendimento unânime sobre a infância, uma certa invisibilidade desse grupo, as limitações do adulto em percebê-los, as políticas de assistência que começam a surgir de forma mais consistente. Estes são acontecimentos que foram ocorrendo de forma bem peculiar em cada época e foram de grande importância para compreendermos como a infância perpassa sua história os seus acontecimentos.

## **2. O RECONHECIMENTO POLÍTICO DA INFÂNCIA**

O reconhecimento da infância no âmbito político traz o relevante destaque da Declaração de Genebra, de 1924, sobre os Direitos da Criança e da Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembléia Geral, em 20 de

Novembro de 1959, reconhecidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Foi onde inicialmente se anunciou a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial.

Na realidade brasileira destaca-se que, a partir da Constituição Federal de 1988, ficam assegurados os direitos legais da criança, agora resguardados por uma constituição. Em seu artigo 227, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA atesta uma lei aprovada em 20 de novembro de 1989 pela assembléia geral das nações e regulamentada em 13 de Julho de 1990.

Composta por duas partes (Livro I, parte geral, e Livro II, parte específica) podemos acompanhar no ECA um estatuto de guarda à criança, uma instituição que legitima os direitos da criança e do adolescente. São direitos que garantem sobretudo o reconhecimento de uma entidade, qual seja a entidade infantil:

A partir do estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, cor, classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeito de direitos, considerados em sua condição de pessoas em desenvolvimento e a quem se deve prioridade absoluta, seja na formulação das políticas públicas e destinação privilegiada de recursos das diversas instâncias político-administrativas do país (BRASIL [ECA], 2005 p.7).

E é após a constituição de 1988 que acontece a sedimentação de instituições que garantem os direitos e deveres da criança. Destacamos que, após este marco, instituições como escola, família e outras passam a se configurar como um direito da criança, direito a um lar, uma família seja ela natural ou substituta (por guarda, tutela ou adoção), alimentação, educação, lazer, esporte, bem estar, vida e saúde.

Trata-se, como vimos agora, de uma consciência política sobre a criança, reconhecida não somente como estruturalmente físico, mas como um grupo humano que dispõe de direitos e deveres regidos por uma Lei. É importante ressaltar que, apesar do indicativo constitucional de que a criança teria, a partir da lei, os cuidados politicamente coerentes e seria integralmente assistida nem sempre acontece.

Segundo Vasconcelos (2007), a participação individual e coletiva está para além do enquadramento jurídico das democracias ocidentais representativas. O autor continua enfocando que não é da ausência de “ação” política que se trata,

mas de uma “invisibilização” na cena política. Uma invisibilidade que tem uma relação impactante nas decisões políticas sobre diferentes gerações, especialmente a infantil. A invisibilidade é semelhante à exclusão: As crianças são o grupo geracional mais “afectado” pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pela carência de políticas públicas efetivas (ANNAN, 2001; UNIFEC, 2005).

Retomando Vasconcelos (2007), observamos que a criança tem sofrido um processo de ocultação que decorre das concepções historicamente construídas sobre elas, através de uma percepção de iluminação-ocultação que se apresenta nos saberes que foram inscritos em imagens sociais, teorias e ideais em diferentes épocas históricas. Assim, é condição essencial para procurar a iluminação da ocultação na história sobre a infância “tactear” as sombras.

Postman (1999), em sua obra *O Desaparecimento da Infância*, fala de dois momentos, ele divide o estudo em duas partes. A primeira parte nos remete à “invenção da infância”, já a segunda traz uma discussão que reflete sobre “o desaparecimento da infância”. O que percebemos nestes dois momentos é que durante um período tentou-se construir uma história na qual a infância foi relatada, e o que presenciamos hoje é uma infância que novamente desaparece. O autor relata que o desaparecimento da infância, mostrado na mídia, mais especificamente, na televisão, tem usado a imagem da criança como forma de expor uma representação do infantil “adultificada”. Utiliza-se aqui o termo “adultificação” como uma concepção de criança não diferenciada do adulto, em vários aspectos, tais como linguagem, posturas, vestimentas, entre outros. As crianças desenvolvem papéis de personagens adultos, imitam os comportamentos adultos, como se fossem adultos em miniatura.

Diante do exposto, faz-se necessário refletirmos como o conceito de infância pode ser vislumbrado hoje. De que forma a criança se constitui dentro desta problemática? Como ela se estrutura dentro da relação parental?

### **3. A CRIANÇA NA CONTEMPORANEIDADE**

Para refletirmos acerca do universo infantil hoje foi necessário que perpassássemos o contexto histórico a fim de vislumbrarmos como se delinearam

os acontecimentos e como eles contribuíram para um entendimento desta temática nos dias atuais. Para tal reflexão é importante investigar que lugar esta criança ocupou e qual lugar ela ocupa na contemporaneidade e que influências e diferenças de posições de estar na cultura são sofridas por esse grupo etário na contemporaneidade. Guimarães, a partir de raciocínio proposto por Laurent, nos alerta que

na psicanálise com crianças hoje, é preciso estarmos atentos ao modo como as crianças ordenam as coordenadas do seu gozo através do tratamento desses novos mitos familiares. Mas disse isso de modo categórico = A psicanálise hoje equivale a estarmos atentos a isso = como as crianças ordenam, invertem, as coordenadas do seu gozo, enquanto sexuadas, através do tratamento singular que cada criança dá ao mito de família que lhes foi ofertado (2008, p. 3).

É necessário que estejamos atentos às novas inscrições ritualísticas da criança na atualidade, às varias formas de demandas sintomáticas, às inversões da lei, às varias construções familiares. Com isso, notaremos outros modos de sofrimento e gozo como peculiares posições da criança no complexo familiar contemporâneo, que teremos de repensar.

Destacamos a posição objetual da criança frente às figuras parentais na atualidade como um seguimento da idéia de Freud, no século passado, que foi retomada por Lacan, concordando que “a criança na contemporaneidade cai do lugar de ideal, de desejo, sendo tomada como corpo e, portanto, na ordem de gozo próprio e do gozo de seus pais” (VALIONE, 2011. p. 1). Essas mudanças acontecem dentro do cenário da contemporaneidade trazendo consequências como o declínio da função paterna, que se apresenta progressivamente à medida que avançam o discurso da ciência e do capitalismo.

Se antes o modo de vida ocidental era ancorado numa lógica fálica, a partir do desenvolvimento da ciência e do capitalismo, acompanharemos uma produção de objetos que respondem ao nível real e não mais simbólico, influenciando significativamente os modos de subjetivação e o conseqüente lugar outorgado à criança.

Em entrevista sobre como são criadas as crianças atualmente, Eric Laurent fala das dificuldades encontradas nesse tema, revelando “uma falha na função paterna que acarreta mudanças na estrutura familiar e na relação com as

instituições” (LAURENT, 2011. p.1). O autor relata como se articulavam as famílias, figuras de autoridade e, agora, depois da pluralização com a qual os vínculos são estabelecidos entre pais e filhos, emerge certa nostalgia da forma tradicional.

Outro ponto discutido na entrevista é que a escola vem, cada vez mais, ocupando o lugar de centralização na criação das crianças. Antes havia uma maior articulação com a religião, a moral, o estado. Havia uma variedade de instituições que se responsabilizavam pela manutenção da tradição da ordem e da lei. Hoje a escola que trata de coordenar as crianças a partir de um saber. E isso se coloca como ponto de grande contrariedade para criança, pois a criança contemporânea não suporta proibições, não tolera as regras.

Essa é uma questão de grande pertinência a ser problematizada aqui, pois a partir da centralização de uma instituição para ordenar um saber sobre a criança, corremos o grande risco de hegemonizar saberes a respeito desta, se utilizando assim de uma ciência que nomeia e que diz sobre um “macro-grupo” entendido, às vezes, como “micro”.

Decorre dessa forma centralizada de cuidar, mas também de diagnosticar, o fenômeno que assistimos hoje: uma enorme quantidade de crianças diagnosticadas com os mais variados tipos de déficit, chamado-nos atenção para o que se assemelha a uma “epidemia diagnóstica”.

Na obra *O Infantil, Lacan e a Modernidade*, Ferretti (2004) diz que há uma intenção em encontrar pontos capitais para que se estabeleça o que é esse infantil na psicanálise, é necessário que tenha como referência uma teoria educacional de peso. Além disso, é importante que tomemos uma linha de reflexão contrária ao chamado “pensamento pedagógico hegemônico” (*idem*, p.3). Um discurso no qual a educação corre o constante risco de se limitar, de filiar-se a um ideal de ciência. Nos dias atuais, o que podemos ver é que “o cotidiano escolar acabou sendo, de direito e de fato psicologizado” (*idem*, p. 2).

Como pensar a constituição da criança dentro desta problemática? Laurent (2011) utiliza a literatura para explicitar o que a criança pode encontrar como forma de se apresentar, ressurgir, se constituir dentro da problemática já descrita. Ele articula dois autores: Tolkien, autor d'*O Senhor dos Anéis*, e Lewis, criador das *Crônicas de Nárnia*. Sobre a primeira obra Laurent diz que há uma

tentativa de propor às crianças, aos jovens, uma versão da religião, um discurso sobre o bem e o mal, uma articulação sobre o gozo, os corpos, as transformações do corpo, todos os mistérios do sexo, do mal, que atravessa uma criança, funcionando como “versões da paternidade” (LAURENT, 2011, p. 3). Já na segunda obra, o autor fala que Lewis fez das *Crônicas de Nárnia* uma versão da mitologia cristã, uma abordagem dos temas do mal e do bem, da paternidade, da sexualidade.

Graças ao cinema como também a outros dispositivos as crianças podem fazer atributos a estes e se valerem do que não foi feito a elas. Laurent prossegue a enfatizar que estas mídias se constituem como ferramentas que salvam as crianças da tentação do niilismo, do pensar que não há nada que valha a pena como discurso. Quando nada vale como discurso, há violência. O único interesse é, então, atacar o outro.

#### **4. O PAR PARENTAL NA ESTRUTURAÇÃO DO SUJEITO**

Como ocorre a estruturação do sujeito? Em seu texto *A dissolução do Complexo de Édipo (1923-1925)*, Freud nos aponta que o Complexo de Édipo revela sua importância como o fenômeno central da vida sexual na primeira infância. E o que seria o Complexo de Édipo? Édipo foi um mito extraído da cultura grega. O termo parte do mito do herói grego Édipo que sem saber, matou seu pai e se casou com sua mãe, ou seja, concretizou o desejo incestuoso pela mãe e a rivalidade com o pai. Esse desejo fundamenta, organiza a vida psíquica do sujeito, e é a partir dessa mitologia edípica que surgem contribuições bastante relevantes ao desenvolvimento infantil na estruturação do sujeito. Há uma analogia ao destino trágico de Édipo com o destino humano.

Freud, neste mesmo artigo, vai contemplar um entendimento de como este processo de estruturação ocorre tanto no menino quanto na menina. Não pretendemos aqui delinear traços e questões que se diferenciam ou assemelham em ambos os sexos, mas sim, deixar considerações de como o processo contribui para a estruturação do sujeito.

A primeira relação da triangulação edipiana, mãe, pai e criança, é apontada como uma ligação da criança a mãe, nessa relação mãe-criança, a criança pensa '*sou tudo para minha mãe*'. Mais adiante essa afinidade dual é posta em dúvidas, pois a entrada de um terceiro nessa relação põe a criança em questão. A entrada de um pai aponta para a criança que esta mãe passa a desejar outra pessoa que não seja somente a criança, assim ela mesma pensa '*não sou tudo para minha mãe*' (FREUD, 1996, p. ).

É quando nasce então a angústia da castração, a criança representa o pai como figura dominadora, como rival ciumento. Freud mostra a importância do reconhecimento da diferença anatômica entre os sexos para a criança, que elabora várias teorias sobre o tema, dentre as quais a crença de que só existe um órgão sexual, o masculino, enquanto o feminino seria apenas a ausência do falo.

Posteriormente surge o declínio e o desaparecimento do apego edipiano à mãe e a angústia da castração pelo pai. Segundo Freud, há um abandono do objeto materno e redobramento narcísico sobre o *eu*, a criança volta-se para o pai, já que é o preferido da mãe. É o amor pelo pai a mola propulsora do declínio do Complexo de Édipo e da angústia de castração. Percebemos aqui um importante acontecimento para a constituição do sujeito, pois é a partir do reconhecimento simbólico da castração que a criança se constitui como sujeito castrado, desejante.

Segundo Miranda (2011), Freud traz uma experiência que relata um pouco da separação entre criança e mãe, além da importância estrutural desse acontecimento, é durante uma observação que faz do seu neto brincando que o pai da psicanálise percebe que o jogar o carretel vinha acompanhado dos fonemas "*fort*" e "*da*". Para ele, o brincar sequenciado pela verbalização elevava aquele ser à posição de sujeito, "se relacionava à grande realização cultural da criança: renúncia pulsional (isto é, a renúncia à satisfação pulsional) que efetuará ao deixar a mãe ir embora sem protestar" (FREUD, 1975, p.25).

Ao agir dessa maneira, o sujeito inscreve-se na ordem da linguagem. Algo opera nele a fim de que passe de sua posição de objeto dependente e se aventure no domínio da perda do objeto para, assim, perceber-se como faltante. Neste momento, ocorre a apropriação do objeto pela linguagem. Há assim, a instauração de uma falta no simbólico, como argumenta Vidal, "a palavra, o

símbolo, nasce sobre o fundo da ausência; o símbolo se manifesta como morte da coisa, e essa morte constitui no sujeito a eternização de seu desejo” (2010, p. 47).

Lacan (2008), a partir de Freud, faz uma releitura da estruturação do sujeito e seu desenvolvimento, apontando que o complexo de Édipo permite que o indivíduo, na infância, faça a transição do campo dos instintos e dos impulsos para o universo cultural, simbólico. Com o medo de ser castrado oculta seus desejos e canaliza-os para a entrada na instância social, desta forma há uma escolha em prol dos valores sociais e é deixado para trás o desejo incestuoso, restrito ao inconsciente. O medo da castração e o declínio do complexo de Édipo são totalmente estruturantes para o sujeito. A entrada no mundo simbólico, a negação do desejo incestuoso funda, constitui a criança como um sujeito. Assim, o mesmo autor institui três tempos para explicar como ocorre este processo a partir de uma lógica e não de uma cronologia. Apresentando assim os tempos lógicos:

### ***Primeiro tempo: Além da mãe***

No início há somente uma relação fusional entre mãe e criança. Uma relação imaginária onde a criança pensa “eu sou o falo”. Uma relação materna prenhe que fascina o olhar da criança. É necessário que a mãe funde um pai como Nome na ordem simbólica. A mãe que constitui o pai como mediador de algo que está para além de sua lei, constitui como Nome-do-Pai.

### ***Segundo tempo: O pai interditor***

A entrada de um pai interdita esta relação prenhe da mãe com a criança, privando-a do falo imaginário como significação do seu desejo, instaurando uma negação, dúvida “sou o falo?”. Um pai que é rival, interdita, frustra, priva a criança de satisfazer o desejo incestuoso. Quando não há a entrada desse pai, a criança é o que falta à mãe, a criança se identifica com o falo imaginário, como objeto de desejo da mãe.

### ***Terceiro tempo: O real do pai***

O real do pai surge como o *pai real* enquanto agente de uma castração simbólica, um pai que proíbe o incesto é aquele que unifica o desejo e a lei. O pai real é aquele que introduz uma diferença do pai imaginário, diferença esta que permite o declínio e a saída do complexo de Édipo. Uma saída que marca a castração da criança que, a partir de então, já se constitui como sujeito. Há um deslocamento do objeto fálico. O *Nome-do-Pai* é a primeira designação que atesta o estado de sujeito.

Segundo Safouan, o *fort-da* se configura como uma maneira de assegurar ao significante “sua liberdade em relação ao significado e ao sujeito, pelo mesmo lance, sua função de Senhor do significante” (1988, p. 25). É o nome representando a coisa, sendo que neste jogo, brincando de “jogar ao longe”, a criança exerce sua função de “soberano” em relação ao significante entregando-se à substituição. A substituição permite, gradativamente, o acesso ao simbólico, conduzindo a criança à posição de sujeito.

Surge assim o sujeito da fala, sujeito que consegue realizar a conexão entre a representação e o significante. Além disso, “esse momento, que é também o momento da integração subjetiva da representação, é dificilmente concebível sem o significante, nem em outro lugar que não em um sujeito, no único sentido que damos a esse termo, de um sujeito que fala” (*idem*).

Miranda (2011) aponta que, a partir de Lacan, o brincar é um ato surgido como efeito da estruturação significativa do sujeito. O sujeito, enquanto tal, só é constituído a partir da fundação da experiência do inconsciente que, por sua vez, é estruturado como uma linguagem em uma das estruturas clínicas.

## **5. O PAR PARENTAL, A CRIANÇA E O SINTOMA**

O par parental, a criança e o sintoma mantêm uma relação triangular. Investigando essa relação, pretendemos entender como, após a constituição do sujeito no universo dos símbolos e linguagem, este apresenta uma dificuldade de estabelecer a sua demanda, se apresentando como um indivíduo que se encontra

numa posição de dependência, sem conseguir se desarticular da parceria sintomática com o par parental.

O sintoma da criança surge aos pais como algo que está errado, pois a relação de obediência à demanda dos pais é quebrada. A criança, a partir desse rompimento, se distancia-se do desejo dos pais, quebrando essa relação e assim, se apresentando como aquele que deseja, aquele que faz sua própria demanda, seu próprio sintoma. Não mais como objeto e ponto de ancoragem para que o par parental demande, mas demandando a partir de sua própria voz.

Meira (2002), em seu texto *A Criança e o Sintoma*, aponta um questionamento bem pertinente: como as crianças chegam aos consultórios? As crianças são trazidas pelos pais, não chegam com suas próprias pernas, elas vem usando uma muleta: os pais. Diferentemente dos adultos, as crianças são trazidas como demanda do outro, do par parental (LIMA, 1997). A criança que vem a um consultório não se apresenta como um sujeito, ela é trazida enquanto objeto de uma queixa/sintoma dos pais.

Brousse relata que é só nessa posição de objeto que uma criança pode começar uma análise. Se está nesta posição que divide os pais, ou seja, se seu sintoma revela a verdade que ela é para seus pais, isso nos remete à posição de gozo dos pais, ou, dito de outro modo, à fantasia dos pais, no ponto onde a fantasia vacila. A autora afirma “[...] de forma talvez um pouco exagerada, que o sintoma da criança é quase uma travessia selvagem da fantasia dos pais” (BROUSSE, 1997, p.2). A divisão que podemos visualizar nessa relação é que o sintoma dos pais é diferente do da criança. O sintoma de entrada é dos pais, nunca da criança. É preciso que a criança construa o seu próprio sintoma, sua própria fantasia, se desintegralizando do dos pais para que assim possa falar do seu desejo.

Miller (2008), em seu texto *A criança entre a mulher e a mãe*, assinala que a metáfora paterna remete a uma divisão do desejo e que o objeto criança, “não pode ser tudo” para o sujeito materno, mas que o desejo da mãe deve se dirigir para um homem e ser atraído por ele. Portanto, é necessária uma exigência de que o pai seja um homem para a mãe. O autor continua enfocando que o “objeto criança não somente preenche, mas também divide e é essencial que ele divida, pois se o objeto criança não divide, ou ele sucumbe como desejo do par genitor”

(MILLER, 2008, p.2), ou entra com a mãe numa relação imaginária dual. Desta forma, ou a criança preenche ou ela divide a mãe-mulher.

A sintomatologia infantil discutida por Lacan traz dois tipos de sintoma: o primeiro tipo é uma divisão que é feita a partir do par familiar, e o segundo é uma inscrição. Ou seja, uma diz respeito diretamente ao par e a outra é, antes de tudo, a relação dual da criança com a mãe.

Segundo Meira (2002), um aspecto importante do sintoma não pode ser esquecido. Ele também é uma proteção contra as vivências penosas da criança. Representa até um pedido de socorro, uma forma de mostrar que a criança não está bem, uma forma de proteção contra a confrontação. Esse sintoma pode ser a resposta ao desejo da mãe e/ou do pai. A autora conclui dizendo que pensar em sintoma é pensar em questões como a falta, o desejo, a fantasia e a estrutura clínica.

## **6. A RELAÇÃO ENTRE SINTOMA E FANTASIA**

Meira (2002) aponta para um interessante caminho que nos conduz do sintoma à fantasia. As pessoas que chegam aos consultórios relatam “estamos sofrendo”. Isso acontece quando se trata de adultos. Em relação a quem traz as crianças, surgem os relatos de sofrimento dos pais, geralmente, com a seguinte demanda “Gostaríamos que nos dissesse o que devemos fazer para resolver esta situação”; ou com o desabafo “Não sei mais o que fazer com essa criança”. Um sofrimento, um rompimento com os pais, um “não saber mais o que fazer” com os filhos. Notamos que a busca por auxílio psicológico é, sobretudo, uma tentativa dos pais de resgatar um certo “saber-fazer” diante seus filhos.

Meira (2002) sinaliza ainda que os pais desejam que os filhos sejam o que eles não foram, tenham o que eles não tiveram. Isso é uma característica do desejo, deseja-se o que não se tem. A partir do instante que esta criança não mais vê esse grande Outro como aquele que não tem falhas, descobrindo que ele não é pleno, que falta algo, este Outro é barrado. Diante da falta a partir da qual a criança passa a não mais ver os pais como os que não tem falhas, surge assim

um rompimento na relação da criança com o sintoma do par parental. O furo possibilita que a criança surja, e surja com uma demanda própria.

Com os pais destituídos do lugar de completitude e saber sobre seus filhos, a não-resposta dos filhos à demanda dos pais faz com que eles busquem uma gama de saberes para norteá-los, algo que devolva a eles as respostas imaginárias, carregadas de certeza e imediatas o suficiente para os ensinarem de novo como devem proceder com seus filhos. As clínicas de Psicologia, pediátricas, os analistas, a educação, a escola, a pedagogia, a religião, a literatura, a demanda social de padrões normativos (beleza, saúde entre outros) são alguns dos vários atributos dos quais os pais se valem como forma de buscarem uma ajuda, algo que lhes auxilie a reverter esse quadro, como observa Meira,

A psicanálise produz uma ruptura. A criança que Freud põe em cena assinala o fracasso dos educadores. Ela não é uma criança policiada, educada, disciplinada, mas uma criança visada pelo gozo. Esta nova criança é, antes de tudo, um corpo, mas um corpo que não consegue fazer a aprendizagem da satisfação, que não consegue regrar seu prazer segundo as vias previstas pelo Outro (sempre é muito pouco, ou demais, ou não é assim); em suma, é um corpo ineducável que faz fracassar todas as idéias recebidas sobre uma progressão harmoniosa (1991, p.32).

Para tal questionamento busco uma interlocução com o estágio na Clínica-Escola de Psicologia, onde pude pensar nessa relação de saberes que se constituem como “apaziguadores” para os pais. Os genitores indagam diretamente ao psicólogo(a)/estagiário(a) como fazer com seus filhos, como apaziguar seus sofrimentos, resguardando a ordem do seu saber-fazer diante dos filhos.

A partir da nossa vivência no serviço de atendimento psicoterápico infanto-juvenil da Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, traremos recortes de falas que por ora se constituíram como objeto de reflexão inicial a se desenvolver nesse trabalho. Pensar na demanda dos pais em seu saber-fazer diante dos filhos é visualizar uma relação de não-desejar desses filhos. A quebra desse ciclo dual em detrimento do desejar da criança é a ruptura de um laço imaginário que foi desfeito. Percebemos este sentimento de ruptura em várias falas de alguns desses pais, quando afirmam

Não sei mais o que fazer com esse menino(a)”; “Meu filho está se masturbando e não sei o que fazer”; “Não tenho mais o que fazer, cansei, a escola não aguenta, eu não aguento mais tanta inquietação, é uma hiperatividade.”; “Minha filha está ansiosa, come muito, não consigo controlar ela”; “Tudo que você imaginar eu já fiz por esse menino, já levei ao um neurologista, pedagogo, fisioterapeuta e agora psicólogo (falas extraídas de algumas entrevistas iniciais feitas com os genitores).

Através desses relatos, os pais expressam o seu pedido de ajuda no sentido de como devem atuar diante dos filhos. Revelam um “não saber mais o que fazer” diante deles. A procura por um acompanhamento psicológico vai pela via imaginária e imediata de como reconstruir esse saber-fazer, como restaurar essa relação marcada por um sofrimento que precisa ser apaziguado pelos mais variados saberes.

## **7. O “NÃO SABER-FAZER” DOS PAIS DIANTE DOS FILHOS**

O “não saber-fazer” dos pais aponta para um rompimento da relação entre pais e filhos, se instaurando assim a demanda da criança. Esse rompimento é um dispositivo de socorro, de pedido de ajuda, tanto dos pais como das crianças, para restabelecer a “ordem”. No entanto, surge um questionamento que se fez norteador deste estudo: Como podemos manejar esses pedidos? De que forma, enquanto estagiários e futuros psicoterapeutas, podemos “não saber-fazer” para os pais, contanto que esse “não saber-fazer” resguarde a criança dos mais diversos rótulos diagnósticos? Como podemos esclarecê-los de que o sintoma da criança são suas formas de ser e estar no cotidiano familiar?

Silva (2011) aponta para os clichês de normalidade que já estão montados quanto aos ideais de desenvolvimento, enquadrando em patologias ou desvios os indivíduos que correm por fora dessa ordem preestabelecida, obturando exatamente a possibilidade de subjetivação desse corpo-sujeito em formação. A autora afirma que

É recorrente que os pais tragam a criança, em seu discurso, como um objeto real, excluída de sua subjetividade. Também é frequente buscarem o atendimento infantil, ainda tomados pelo lamento ou angústia sobre a perda do filho 'ideal', aderidos à marca real no corpo de seu filho; perdidos em sua função tutelar, buscando orientações em como proceder (SILVA, 2011).

A perda do “filho ideal” tomado pelo lamento da angústia que se instaura diante da não cobertura dessa falta, o par parental passa a sofrer em busca de tamponar o buraco que se apresenta na entidade familiar. A falta apresentada aos pais os coloca em sofrimento. O apaziguamento de tamanho sofrimento é a resposta, o querer saber. E como manejar esse “querer saber”? A autora supracitada coloca-nos um questionamento: Como manejar com o pedido dos pais de homogeneizar a heterogeneidade do pequeno sujeito em formação?

A demanda dos pais para com os profissionais da infância é para que esses (re)velem o que deve ser feito para que seus filhos sejam curados. São questões que surgem quando adentramos a clínica infantil e são essas demandas que não precisam, necessariamente, ser respondidas, mas sustentadas tanto com as famílias como com as crianças. Trata-se de manejar a transferência da demanda, inicialmente oriunda dos pais, para sustentar uma relação que possibilite emergir a demanda da criança sem desconsiderar a dos pais, mas encaminhando-os (quando necessário) ao próprio tratamento e assegurando um espaço de escuta que possibilite a fala da criança.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho discutiu sobre relatos de nosso estágio na Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, cuja contribuição se faz no sentido de fomentar possibilidades de práticas em Psicologia Clínica na relação entre saúde, educação e outros saberes. Ou ainda, mais especificamente, na relação transferencial que o profissional manejará para lidar com o “não saber-fazer” dos pais que emerge como demanda velada no acompanhamento clínico infantil.

Objetivando resguardar o lugar da criança, proporcionar-lhe um espaço onde possa construir seu saber, sua demanda a partir de um acompanhamento clínico psicológico, fazendo daquele espaço um lugar onde o pequeno sujeito possa ir do silenciar ao falar, expressar o lúdico e não se vestir de marcas diagnósticas que esmagam sua essência infantil, analisamos o percurso experiencial que trilhamos durante este ano letivo.

É nesse sentido que pensamos a posição que o psicólogo(a) deve adotar frente à demanda desses pais que querem uma resposta diagnóstica. A cautela se apresenta como elemento de fundamental importância no manejo da “voracidade por saber” dos pais. Assim, o trabalho clínico aqui se implica em ofertar aos pais a própria não-resposta a essas demandas imediatistas.

É importante destacar que a relevância que se apresenta para nós neste estudo, é que, embora haja uma demanda dos pais, como também da instituição (família, clínica, escola entre outras), o profissional/estagiário(a) tem o incumbência não de responder diretamente à demanda dos pais, mas de implicá-los no acompanhamento do(a) filho(a). Fica ainda ao estagiário(a), a opção de adotar uma posição de responsabilização para com a demanda da criança em acompanhamento, pois o processo clínico é dela, não dos pais.

No entanto, a importância desse estudo se destaca sobretudo pelo nosso desejo no sentido de uma intervenção possível de ser “cumprida”, quando nos colocamos nesse lugar de não retirar os pais da posição de não saber-fazer, mas construir junto a eles questionamentos e implicações.

Acolher a criança, na construção do seu saber: Esse foi o nosso maior compromisso, objetivando que a criança encontrasse a solução mais saudável, escolhida por ela mesma para a saída dessas instâncias nomeadoras de diversos saberes diagnósticos, implicando-a e responsabilizando-a. Mais do que uma resposta diagnóstica aos pais, fica ao profissional da psicologia a responsabilidade de não padronizar nem enquadrar a criança em um rótulo. em um saber que aprisiona sua essência infantil.

Entendemos ainda que, quando não nos utilizamos dessa postura de responder à máxima do diagnosticar patologizante, convocamos a família a desconstruir e reconstruir, quem sabe, reescrever seus mitos e sua história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTELO, Marcela. **O Infans na Cultura**. In: Carrossel – Publicação semestral do Centro de Estudos e Pesquisa de psicanálise e Criança. Ano II, nº 2. Abril, 1998.

ARIÈS, Philippe. **A descoberta da Infância**. In: História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BROSSE, Marie Hélène. **Entrevista de Marie Hélène Brousse à Revista Carrossel**. In: A Criança-Sintoma, Revista da Escola Brasileira de Psicanálise – Bahia. Ano1, nº1. Outubro de 1997.

CAMPOS, Sergio Passo Ribeiro. **A fantasia o infantil e o tempo**. In: Curinga. nº 15-16. Minas Gerais. Abril, 2001.

CLASTRES, Guy. **A criança no adulto**. In: *Folies d'enfant. Frénésie. Histoire, Psychiatrie, Psychanalyse*. Paris: Frénésie Éditions, n. 6, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social – Brasília: MEC, ACS, 2005.

FREDA, Francisco Hugo. **A criança da Psicanálise**. In: Carrossel – Publicação semestral do Centro de Estudos e Pesquisa de psicanálise e Criança. Ano II, nº 2. Abril, 1998.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre as teorias sexuais**. In: Um Caso de Histeria, Três Ensaios sobre a Sexualidade e outros trabalhos. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. **A dissolução do complexo de Édipo**. In: O Ego e o ID e outros trabalhos. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sobre as teorias sexuais das crianças.** In: “Gradiva” de Jesen e outros trabalhos. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FERRETTI, Maria Cecília. Galletti. **O infantil: Lacan e a Modernidade.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GUIMARÃES, Lêda. **Declínio do pai na clínica com crianças a formalização do caso clínico.** Campina – Grande, Escola Brasileira de Psicanálise – Delegação Paraíba, 2008.

LACAN, Jacques. **Duas notas sobre a criança.** Revue du champ freudien, nº 37, avril-juin 1986, p. 13 e 14. Traduzido por Ana Lydia Santiago In: Opção Lacaniana. N 21, Abril, 2008. (p. 5-6).

LAURENT, Eric. Entrevista: **Como são criadas as crianças hoje.** Disponível em: Acesso em 05 de Set. De 2011.

LIMA, Alba Abreu. **A direção do tratamento.** Entrevista: Revista Carrossel. A Criança – Sintoma. Escola Brasileira de Psicanálise – Bahia. Ano1, nº1. Outubro de 1997.

MALTHUS, Thomas. **Teoria Populacional Malthusiana.** Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/teoria-populacional-malthusiana/>. Acesso em: 06 de Novembro de 2011.

MEIRA, Yolanda Mourão. **A Criança e o Sintoma.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MILLER, Jacques Alain. **A criança entre a mulher e a mãe.** In: Opção Lacaniana. N 21, Abril, 2008. (p. 7-12.)

MIRANDA, Cássio Soares Eduardo. **A clínica da criança e a supervisão em psicanálise: avanços e impasses.** Disponível em: <http://

www.unilestemg.br/revistaonline/volumes/01/.../artigo\_08.doc Acesso em 18 Agost. 2011.

PHILIPPE, Julien. **Uma volta ao rochedo freudiano**. In: Psicose, perversão, neurose. Companhia de Freud, 2002

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância**. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SAFOUAN, Moustapha. **O fracasso do princípio do prazer**. Campinas: Papirus, 1988.

SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. **A mulher, a mãe, sua criança e outras ficções**. In: Curinga, nº 15-16. Minas Gerais. Abril, 2001.

SILVA, Jailma. Souto. Oliveira. **Psicanálise infantil: nuances do atendimento à criança com necessidades especiais** In: Sexo y poder: clínica, cultura y sociedade / compilado por Alberto Triboli... [et.al]. 1ª edição. Buenos Aires: Associação Argentina de profesionales de la salud mental-AASM, 2011. ISBN 978-987-23478-4-0

VALIONE, Yára. **A criança na contemporaneidade: sujeito ou objeto?** Disponível:[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032008000100046&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032008000100046&script=sci_arttext). Acesso em: 12 Out. de 2011.

VASCONCELOS, Vera. M. R; SARMENTO, Manuel. Jacinto. (Org.) **Visibilidade Social e estudo da infância**. Araraquara: J & M Martins, 2007.

VIDAL, Maria Cristina. **Questões sobre o brincar**. In: Letra Freudiana, ano X, nº 9, s.d. 2010.

VILLAR, Zélia. **A “intervenção” com os pais na análise com criança.** In: *Fort-Da 4/5*. Rio de Janeiro: Ceppac, 1998.